

Exportação de mogno limitada

O Brasil propôs aos países da região amazônica a criação de um sistema regional de cotas de exportação de mogno, madeira nobre incluída na lista de espécies vegetais ameaçadas de extinção no planeta. A proposta está sendo discutida num encontro internacional iniciado ontem no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e que termina amanhã. "Queremos traçar um esboço de política florestal para a região pan-amazônica", disse o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Martins.

Segundo ele, o governo brasileiro poderá prorrogar por mais um ano a suspensão de novas autorizações para exploração de mogno e de virola, outra espécie de madeira ameaçada. A moratória foi adotada há dois anos e expira no próximo dia 26 de julho.

Entidades ambientalistas têm pressionado o governo a aumentar o controle sobre a extração do mogno de florestas nativas, mas essa pressão, segundo Martins, não causa preocupação. "Nós estamos adotando as bandeiras das organizações não-governamentais (ONGs)", disse ele.

O entendimento com os países do Tratado de Cooperação Amazônica (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) sobre medidas para controlar a extração e exportação de mogno foi um compromisso assumido pelo governo em reunião — realizada no ano passado, no Zimbábue — das nações que assinaram a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens Ameaçadas de Extinção (Cites).

Nesse encontro, o Brasil comprometeu-se também a incluir o mogno entre os produtos relacionados no Anexo III da Cites. Isso significa que toda exportação de madeira serrada e laminados de mogno (o país não permite exportação de madeira em toras) só poderá ser feita se o produto tiver obtido a Licença de Exportação Cites.